



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CSL/PGE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1750/2020 – PGE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DO TIPO A3 COM TOKEN CRIPTOGRÁFICO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DO TIPO A3, EM PADRÃO ESTABELECIDO PELO ICP-BRASIL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NESTE INSTRUMENTO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 03 de março de 2020, às 09:00 HORAS, NA SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, LOCALIZADA À AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, LOTE 25, QUADRA 22, QUINTAS DO CALHAU - SÃO LUÍS/MARANHÃO.

PREGOEIRA: RAFAELLA VIANA PEREIRA MURAD



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 – CSL – PGE

Processo n. 1750/2020/PGE

EDITAL

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, através da COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL - PGE, designada pela Portaria n.º 010, de 28 de novembro de 2017, neste ato denominada de COMISSÃO, e a PREGOEIRA, designada pela Portaria n.º 001 de 15 de fevereiro de 2018, torna público que, na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 24.629, de 03 de outubro de 2008 e da **Lei Estadual Nº 10.295, de 19 de agosto de 2015**, realizará licitação, na **Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço**, para contratação de serviço de aquisição e renovação de Certificados Digitais do Tipo A3, em padrão estabelecido pelo ICP-Brasil, de acordo com quantitativos e especificações dispostos neste termo de referência, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes neste instrumento, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 1750/2020 - PGE**.

O Credenciamento das Empresas ocorrerá das **09:00 horas às 09:30 do dia 03 de março de 2020**, no prédio da Procuradoria Geral do Estado, à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, Quadra 22, Lote 25, s/n - Quintas do Calhau, nesta Capital. Dar-se-á início à sessão pública do Pregão às **09:00 h do dia 03 de março de 2020**, devendo os envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e seus Anexos serem entregues à Comissão de Recebimento, no local, data e horário já mencionados.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no horário e local já estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1. DO OBJETO

Aquisição de certificados digitais do tipo A3 com token criptográfico e renovação de certificados digitais do tipo A3, em padrão estabelecido pelo ICP-BRASIL, de acordo com as especificações e quantidades constantes no anexo I – Termo De Referência deste edital:

1.1 O valor global estimado desta licitação é de **R\$ 20.386,66 (vinte mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham como atividade principal o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

2.2 Não poderão participar desta licitação:



Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

- a) Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, empresas que possuam, entre seus sócios, servidores da **Procuradoria Geral do Estado – PGE**;
- b) Empresa apenada com o impedimento de contratar com a Administração ou que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pela **Procuradoria Geral do Estado – PGE**.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar do procedimento licitatório e que venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por Carta Credencial, firmada pelo signatário da Proposta, no modelo do **Anexo IV** deste Edital, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, nos termos do inciso II, art. 15, do Decreto Estadual nº 24.629/2008.

3.3. O instrumento de credenciamento por instrumento particular ou carta credencial deverá estar acompanhado de cópia do Ato Constitutivo ou Contrato Social da empresa, que identifiquem os seus administradores, sócios ou não, onde estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Caso a pessoa credenciada seja o próprio administrador, sócio ou não, da empresa proponente, este deverá se apresentar munido apenas da cópia do Ato Constitutivo Contrato Social da empresa.

3.4. No ato do credenciamento e da entrega dos envelopes, o credenciado deverá identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.5. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Pregoeiro, a cada Sessão Pública realizada.

3.6. Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

3.7 A Empresa que enviar seus envelopes sem um representante devidamente credenciado com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, terá sua documentação recusada pelo Pregoeiro e não participará do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pessoalmente pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima mencionados, em 02 (dois) envelopes opacos, distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CSL/PGE
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

**ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CSL/PGE**



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

4.2. Todos os volumes deverão ser digitados e grampeados, ou encadernados, preferencialmente em formato A4, com todas as folhas rubricadas e numeradas, em ordem crescente, apresentando ao final um termo de encerramento, declarando o número de folhas que os compõem, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da licitante, o número do Edital, o objeto do serviço em licitação com a indicação dos elementos cadastrais.

4.2.1. A ausência de impugnação quanto às exigências contidas neste Edital, no prazo estipulado por lei, implicará em sua total aceitação por parte da licitante.

4.3. A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei Federal 8.666 de, 21 de junho de 1993, e suas alterações e em conformidade com o disposto neste Edital e seus **ANEXOS**, no local e horário já determinado.

4.4 Não será admitida a entrega de apenas um envelope, devendo os licitantes, no ato da sessão pública, entregarem ambos os envelopes de proposta de preço e documentos habilitatórios.

4.5 Em seguida, proceder-se-á à abertura dos envelopes de propostas de preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes credenciados das licitantes.

4.6 Analisadas as propostas, passa-se à fase de lances, oportunidade em que, declarado o licitante vencedor, serão abertos os envelopes indicados como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, que também serão rubricados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e os representantes credenciados das licitantes.

4.7 Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor desta Comissão Setorial de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.8 Quando a autenticação das cópias for feita pela CSL/PGE, será feita obrigatoriamente até às 18:00 horas do dia anterior ao início do certame.

4.9 Declaração, em separado, dos envelopes previstos no subitem 4.1, de enquadramento no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constare do Anexo V deste Edital.

4.10 A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.

4.11 Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, perfeitamente legível, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.12 No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do art. 15, § 2º, II, do Decreto Estadual nº 24.629/2008, e para prática dos demais atos do certame, conforme item 03 deste Edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

as folhas pelo representante legal do licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

- a) Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (*e-mail*), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;
- b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
- c) O Preço, contendo o valor total, com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a aquisição do objeto deste Pregão;
- d) Preço unitário em algarismo e total expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional, prevalecendo este último em caso de divergência, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irrevogável.
- e) Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços que demonstre a composição do preço cotado, em modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes.
- f) Indicação das características do objeto de forma clara e precisa e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital;
- g) Indicação do preço total, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional, de acordo com os preços praticados no mercado, considerando todas as exigências constantes deste Termo de Referência para a execução do contrato;
- h) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de recebimento dos Envelopes.
- i) Certidão emitida pela Junta Comercial competente que comprove o enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, somente para efeito do disposto nos artigos 43 a 45 da citada Lei.

5.2 Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, nele devendo estar computadas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente na prestação do serviço

5.3 A apresentação da Proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

5.4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação. O licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeito às penalidades do artigo 20 do Decreto Estadual nº 24.629/2008;

5.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser executados sem quaisquer ônus adicionais.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Serão proclamados, pela Pregoeira, os licitantes que apresentarem as propostas de menor preço com desconto até 10% (dez por cento) inferiores, dispostos em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.

6.2. Quando não forem identificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas com descontos em conformidade com o definido no subitem anterior, o Pregoeiro fará o ordenamento das melhores ofertas, até o máximo de 3 (três), colocadas em ordem crescente, quaisquer que sejam



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020
Fls.: _____
Rub.: _____

os valores ofertados, conforme o disposto nos incisos V, do artigo 15 do Decreto Estadual n.º 24.629/2008.

6.3. Aos proponentes proclamados conforme os subitens anteriores será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e crescentes, para a escolha das propostas de menor preço.

6.4. Para efeito de julgamento do menor preço, será considerado o preço médio registrado de **R\$ 20.386,66 (vinte mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

6.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.6. O empate entre duas ou mais propostas de preço será resolvido por sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes.

6.7. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

6.8. Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

6.9. A Pregoeira examinará a aceitabilidade quanto ao objeto da proposta com o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito e divulgando o resultado do julgamento.

6.10. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento pelo proponente de todas as exigências editalícias, para efeito de habilitação. Caso contrário, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências constantes deste Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor nessa fase.

6.11. Verificando-se a discordância entre o preço unitário e o total da Proposta prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, independentemente de consulta ao licitante.

6.12. Caso tenha ocorrido lance, a Proposta de Preços, ajustada ao lance final, deverá ser protocolada na Comissão Setorial de Licitação - CSL/PGE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da lavratura da ata.

6.13. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

6.13.1. não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

6.13.2. forem omissas ou que apresentem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento;

6.13.3. que contenham preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os praticados no mercado.

6.14. Se a proposta escrita de Menor Preço não for aceitável ou se a respectiva licitante desatender às exigências de habilitação, será examinada a oferta seguinte e a sua aceitabilidade, procedida à habilitação da licitante que tiver formulado tal proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste Edital.

6.15. A Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor preço, no sentido de que seja obtido o melhor preço.

6.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, pelos componentes da equipe de apoio e pelos representantes dos proponentes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020
Fls.: _____
Rub.: _____

7.1. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 4.1 deste Edital.

7.1.1. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pelo próprio licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

7.2. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.

7.3. A participação no presente procedimento licitatório requer a apresentação de toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

7.3.1. Habilitação Jurídica, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registradas na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício e do Contrato Social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d) O Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN ou por Órgão da Administração Federal ou de outros Estados, poderá substituir os documentos enumerados nos subitens “a”, “b” e “c”, obrigando-se a Empresa a declarar sob as penalidades cabíveis, a Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, conforme modelo do Anexo III.

7.3.2 Regularidade Fiscal:

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, relativa ao domicílio ou sede do Licitante através de:
 - c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:
 - d.1) Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa do Estado;
 - d.2) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:
 - e.1) Certidão Negativa de Débitos Municipais, relativa ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;
 - e.2) Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipais Relativos ao Imóvel;



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

- e.3) Certidão Negativa da Dívida Ativa Relativa aos Tributos: Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN e Taxa de Licença e Verificação Fiscal – TLVF.
- e.4) As Certidões relativas ao imóvel exigidas neste item referem-se à Empresa; caso esta não possua imóvel próprio, terá que apresentar a Certidão Negativa do Imóvel onde funciona a Empresa.
- f) Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, comprovada mediante a apresentação de:
- f.1) Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS;
- f.2) Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Lei 12.440/2012, em vigor a partir de 4 de janeiro de 2012.
- h) As empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, poderão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, o Ato Constitutivo ou o Contrato Social da Empresa atualizado e registrado na forma da lei que comprove Capital Social Integralizado de no mínimo 10% do valor máximo da contratação, desde que a comprovação do seu ingresso no Simples Nacional conste dos Documentos de Habilitação.
- i) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido, que no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa nos termos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.
- 7.3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.3.2, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.
- 7.3.3.1. Este benefício será concedido somente às empresas que atenderem ao disposto na alínea “i” do item 5.1 deste edital.
- 7.3.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item 7.3.3, implicará em decadência do direito à contratação, bem como a aplicação da suspensão de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 2 (dois) anos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.3.4. **Qualificação Econômico-Financeira**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que estejam registrados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1 (um) e que comprovem Capital Realizado ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% do valor máximo da contratação.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

a.1) Os Balanços Patrimoniais das Sociedades por Ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, registrados na Junta Comercial. As demais licitantes deverão apresentar Balanços Patrimoniais assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista legalmente habilitado, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário em que se ache transcrito, devidamente registrados na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;

a.2) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial;

a.3 A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido, que no decorrer do ano-calendário mantiver Livro Caixa nos termos da Lei nº 8.981, de 20.01.1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

7.3.5. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em característica, com o objeto da licitação, através de atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da licitante; descrição clara dos serviços prestados.

c) O(s) atestado(s) também deverá(ão) contemplar todos os elementos necessários à comprovação de que os serviços nele(s) constantes são similares/compatíveis com os exigidos no Termo de Referência, especialmente no que concerne a comprovação de que a empresa já executou objeto compatível em características, quantidades e **prazo** com o objeto da presente licitação, nos moldes do art. 30, II, da Lei nº 8.666/1993.

7.3.6. Outros Documentos

a) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos termos do Anexo IV.

b) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão, de acordo com o Art. 1º do Decreto nº 21.040 de 17 de fevereiro de 2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão.

c) Termo de Compromisso pelo qual se compromete a seguir as Normas Trabalhistas, tais como Formalização e Registros Contratuais e preverem um dimensionamento dos gastos com o meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção, sob pena de desclassificação, nos termos do Artigo 48, Inciso I, da Lei 8.666/93. (Decisão Liminar do TRT tomada no Processo de Ação Civil Pública Nº 0016045-13.2014.5.16.0004).

7.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

8.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

8.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no artigo 18 do Decreto Estadual n.º 24.629/2008, devendo ser entregue no protocolo da Procuradoria Geral do Estado, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, lote 25, Quadra 22, Quintas do Calhau, nesta cidade, não tendo efeito suspensivo;

8.1.2 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, nos moldes do que dispõe o decreto supra.

8.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

8.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas;

9. DOS RECURSOS

9.1. Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório, poderá o licitante, ao final da sessão pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3. Caberá ao licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da lavratura desta, em caso de inconformismo em relação à(s) decisão(ões) do pregoeiro, nos termos do art. 15, §2º, XV e XVI, do Anexo I do Decreto Estadual n.º 24.629, de 03 de outubro de 2008.

9.4. Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contra razões também em 03 (dias) úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.5. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro deverá ser entregue, no prazo legal, na Comissão Setorial de Licitação – CSL/PGE, no endereço citado no item 8.1.1, tendo efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Procurador Geral do Estado, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.7. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá homologar este procedimento licitatório e determinar a contratação com a licitante vencedora.

10. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1. Adjudicado o objeto da licitação à empresa proclamada vencedora, a autoridade competente poderá homologar este procedimento licitatório e determinar a contratação com a licitante vencedora.

10.2. Após a homologação do resultado da presente licitação, a PGE, pelo setor competente, convocará a empresa adjudicatária para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo VI, adaptado à proposta vencedora, sob pena de decair o direito ao serviço, além de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas, nos termos dos art. 81 e 87, da Lei nº 8.666/93.

10.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.4. Quando a convocada não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes para rerepresentarem os seus Documentos de Habilitação, devidamente atualizados, nos termos do item 7 deste Edital, em sessão pública, a se realizar em hora e local previamente informados, na qual o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.4.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

10.5. O proponente que vier a ser contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

10.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário na conta corrente indicada pelo licitante vencedor, em moeda corrente nacional, até o 30º (trigésimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor(a)/setor responsável desta da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão e de acordo com a programação financeira da Instituição.

11.1.1 O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência e aprovação pela Procuradoria Geral do Estado.

11.2 A empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, o Certificado de Regularidade do FGTS, certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS e a certidão de regularidade discal perante a Fazenda Pública federal, estadual e municipal.

11.3 Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

11.4 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título.

11.5 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a PGE.

11.6 A CONTRATADA deve estar devidamente cadastrada no SIAGEM.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

12. DAS GARANTIAS

12.1. Para execução do fornecimento e respectiva distribuição, a adjudicatária prestará Garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, quando da sua assinatura, renovável a cada período de prorrogação, se houver.

12.2. A garantia será prestada em qualquer das seguintes modalidades:

12.2.1. Em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública.

12.2.2. Seguro Garantia.

12.2.3. Fiança Bancária.

12.3. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, o seu valor será depositado em conta bancária da CONTRATANTE, a fim de manter a atualização monetária.

12.4. Se a opção da garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.5. No caso de seguro garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, em nome da CONTRATANTE, cobrindo o risco de quebra do Contrato.

12.6. No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por um Banco localizado no país, a critério do licitante e será feita mediante entrega da competente carta de fiança à CONTRATANTE.

12.7. A CONTRATANTE poderá descontar do valor da Garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela CONTRATADA, inclusive multas.

12.8. Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

12.9. A garantia será restituída em 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I) Advertência;

II) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III) Suspensão temporária de participação em licitação, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2. A multa acima mencionada será descontada dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

13.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Após a aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se à comunicação escrita à empresa e publicação no Diário Oficial do Estado, constando o fundamento legal.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos, classificados conforme abaixo:

Unidade Gestora: 110103 - Procuradoria Geral do Estado

Unidade Orçamentária: 110103 - Procuradoria Geral do Estado

Função: 03 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Projeto/Atividade: 211 – Representação e Defesa do Estado

Natureza da Despesa: 339000 - Manutenção

Fonte de Recursos: 0101 - Recursos do Tesouro do Estado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação da autoridade competente da PGE.

15.1.1. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado.

15.2. O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.3. A PGE poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não cabendo reparos e indenizações por gastos feitos pelos participantes para participar desta licitação, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/1993.

15.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceitado sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

15.5. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

15.6. O Pregoeiro ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.7. Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes.

15.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

15.9. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação deste instrumento convocatório.

15.10. Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação;

15.11. Toda e qualquer Notificação, Retificação, Esclarecimento e quaisquer informações adicionais a este instrumento, será feita mediante publicação no site da Procuradoria Geral do Estado (<http://www.pge.ma.gov.br/>) ficando este Órgão eximido de fazê-lo individualmente a cada licitante.

15.12. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Setorial de Licitação - CSL/PGE, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, lote 25, Quadra 22, Quintas do Calhau, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido das 13h às 18h, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente ou por intermédio do site da Procuradoria Geral do Estado - PGE Estado (<http://www.pge.ma.gov.br/>). Caso o Edital seja retirado na PGE, o licitante deverá trazer um CD-ROM ou Pen Drive onde serão gravados o Edital e seus Anexos.

15.13. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Carta Credencial

ANEXO III - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação

ANEXO IV - Declaração de Pessoa Jurídica

ANEXO V - Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

ANEXO VI - Minuta do Contrato

São Luís (MA), 10 de fevereiro de 2020

BARTIRA MOUSINHO LIMA
Presidente da CSL/PGE

PREGÃO N° 01/2020 – CSL/PGE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

A presente licitação tem como objeto a aquisição de Certificados Digitais do Tipo A3 com token criptográfico e renovação de Certificados Digitais do Tipo A3, em padrão estabelecido pelo ICP-Brasil, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste instrumento.

2 - JUSTIFICATIVA



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição de dispositivo de armazenamento e a contratação de renovação de Certificados digitais para atender às necessidades de reposição e continuidade de uso de Certificados Digitais do tipo e-CPF, com validade a expirar, pelos titulares das áreas técnico-operacionais, Procuradores e Assessores da Procuradoria Geral do Estado, responsáveis pelos trâmites de processos de judiciais e assinatura digital de documentos institucionais desta Procuradoria Geral.

A renovação dos novos certificados a serem fornecidos deverão ser compatíveis, tecnicamente, com os tokens atuais utilizados por estes titulares, de forma que o seu prazo de uso possa ser estendido e conseqüentemente, reduzindo os custos dispendidos pela Procuradoria Geral com a aquisição de novos dispositivos para armazenamento destes certificados.

O certificado digital é a versão eletrônica do CPF, que garante a autenticidade e a integridade nas transações eletrônicas de pessoas físicas.

Além de identificar com segurança pessoas físicas, o token garante confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade em mensagens e em diversos tipos de transações realizadas via internet.

O certificado tem validade jurídica para ser utilizado como assinatura de próprio punho, comprovando que seu proprietário concorda com o documento assinado.

2.1. Certificação Digital:

Na última década, o uso da Tecnologia da Informação (TI) tem se intensificado, adquirindo papel cada vez mais importante na estratégia de empresas e órgãos de governo. As áreas de TI dessas entidades têm concentrado seus esforços na aquisição ou construção de sistemas que visem à informatização de seus processos organizacionais, de maneira a armazenar de forma segura e confiável todas as informações obtidas ou produzidas pela organização, bem como disponibilizá-las de forma rápida e eficiente aos setores que dela necessitem, assim como ao público em geral.

Acessibilidade, probidade, eficiência e transparência são valores cada vez mais importantes nas organizações, sobretudo as governamentais, mas têm de ser alcançados sem perder de vista os deveres legais de sigilo e respeito à privacidade.

Nesse sentido, a Certificação Digital surge como uma solução, pela funcionalidade de criptografia que impede a adulteração de um documento a ela submetido, pois a modificação de um byte de informação é acusada pelo algoritmo de criptografia.

Em outra direção, a utilização de sistemas informatizados pela administração pública mudou a realidade da segurança no âmbito das organizações. Se antes os documentos deviam ser assinados e rubricados, bem como trancafiados para evitar falsificações e extravios, agora estavam acessíveis em máquinas que aceitariam ser operadas por qualquer um com conhecimento para isto. Para evitar tais danos, o desenvolvimento de aplicações investe boa parte dos seus esforços em sistemas de controle de acesso a máquinas, aplicativos e dados, que gerenciam as permissões com base em senhas pessoais, além de registrar, em maior ou menor grau, as operações realizadas por cada usuário identificado.

Visando maior otimização dos recursos, além de eliminar os problemas inerentes à tramitação física dos instrumentos processuais o Processo Judicial Eletrônico dará mais celeridade à justiça brasileira, alinhando-se ao objetivo estratégico de promover a informatização de processos.

Para a implementação desse projeto e funcionamento do sistema de processo eletrônico, o PJe prevê a necessidade da certificação digital para acessá-lo e garantir a autenticidade



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

daqueles que emitem os atos que compõem os procedimentos processuais, a integridade das informações prestadas e a irretratabilidade da comunicação.

3 - OBJETIVO

Busca-se com a contratação em tela, primar pela moderna administração aplicando os recursos da melhor forma possível, para atingir melhores resultados com o menor dispêndio financeiro possível.

4 - CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

4.1. Dispositivo de armazenamento do certificado digital do tipo *token* totalmente compatível e com as seguintes especificações técnicas.

4.1.1. Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

4.1.2. Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3.

4.1.3. Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0).

4.1.4. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.

4.1.5. Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

4.1.6. Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes.

4.1.7. Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração *on-board* do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.

4.1.8. Possuir carcaça resistente à água e à violação.

4.1.9. Fornecer *driver* e programa de gerenciamento para o sistema operacional *Linux* (*Kernel 2.6* e versões superiores).

4.1.10. Fornecer *driver* e programa de gerenciamento para o sistema operacional *Microsoft Windows XP, 7* e versões superiores.

4.1.11. Deve permitir sua utilização sem a necessidade de instalação de *software* cliente em equipamentos com o sistema operacional *Windows 2008 R2* e *Windows XP, 7* e versões superiores.

4.1.12. Fornecer *driver* e programa de gerenciamento para o sistema operacional *Mac OS X 10.7* e versões superiores.

4.1.13. Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4.

4.1.14. Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o *Certificate Store* do ambiente *Microsoft Windows 2008* e versões superiores.

4.1.15. Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres.

4.1.16. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos.

4.1.17. Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (*Personal Identification Number*), compostos por caracteres alfanuméricos.

4.1.18. Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459.

4.1.19. Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

4.1.20. Permitir inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (*Pin Unlock Key*).

4.1.21. Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: *Microsoft Internet Explorer* (versão 7.0 e superiores) e *Firefox* (versão 3.0 e superiores).

4.1.22. Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo.

4.1.23. Implementar troca obrigatória da senha padrão no primeiro acesso.

4.1.24. Bloquear o dispositivo após quinze tentativas de autenticação com códigos inválidos.

4.1.25. Avisar o titular do dispositivo, a cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida.

4.1.26. Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do *token*.

4.1.27. O *software* de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:

- Gerenciamento do dispositivo;
- Exportação de certificados armazenados no dispositivo;
- Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;
- Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;
- Visualização de certificados armazenados no dispositivo;
- Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;
- Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.

4.1.28. Garantia de 3 (três) anos, contados a partir do aceite definitivo dos *tokens*.

4.1.28. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pela PGE.

4.2. Emissão de certificado de assinatura digital.

4.2.1. Certificado nível A3 – Tipo e-CPF OAB - para os Procuradores do Estado.

4.2.2. Quantidade estimada no quadro a seguir:

Item	Descrição do Item	Quantidade
1	Certificado Digital do Tipo A3 (E-CPF) com token criptográfico	44
2	Renovação de Certificado Digital do Tipo A3 (E-CPF)	88

4.2.3. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Publicas Brasileira (ICP-Brasil), e compatível com a AC-JUS.

4.2.4. Validade de, pelo menos, 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.

4.2.5. Deve permitir sua utilização para assinatura de e-mails, autenticação de cliente e realizar *logion* na rede.

4.2.6. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

4.2.7. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

4.3. Renovação de certificados digitais, conforme quadro do item 4.2.2., respeitando as especificações inerentes à emissão dos certificados e, também, aquelas dispostas neste termo de referência.

5 – REGIME DE EXECUÇÃO E PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

5.1. A CONTRATADA emitirá a fatura dos serviços realizados, sendo acompanhada de relação nominal dos Procuradores do Estado que receberão certificados.

5.2. Os serviços serão pagos somente para os certificados emitidos conforme relação contida na fatura, bem como para os certificados renovados conforme relação contida na fatura.

5.3. O fiscal do contrato comunicará à CONTRATADA lista com identificação dos Procuradores do Estado a receber certificados digitais nível A3, assim como lista dos certificados a serem renovados, contendo a data do término da validade.

6 – DO LOCAL E DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O serviço referido no item 4.2.2 será prestado presencialmente, da seguinte forma:

a) A CONTRATADA disponibilizará mecanismo para agendamento da validação presencial do certificado digital.

b) A CONTRATADA deverá indicar endereço em São Luís/MA, bem como o horário para que os Procuradores do Estado compareçam munidos de sua documentação e realizam a validação presencial do certificado digital.

c) Para a validação dos certificados, a CONTRATADA informará os documentos que os Procuradores do Estado deverão apresentar para tal ato;

d) O prazo para prestação do serviço terá início 10 (dez) dias após a emissão do empenho, devendo a CONTRATADA emitir os certificados digitais, que deverá ser cumprido conforme os agendamentos prévios a serem feitos entre CONTRATANTE e CONTRATADA, para apresentação de toda a documentação exigida e emissão dos certificados nas condições especificadas neste Termo de Referência.

7 - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA, em moeda corrente nacional, até o 30º (trigésimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, excetuando-se os casos previstos no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, nos quais o prazo será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor(a)/setor responsável desta da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão e de acordo com a programação financeira da Instituição;

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

7.3. Os pagamentos só serão realizados após a comprovação de regularidade da CONTRATADA junto a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o FGTS e das Fazendas Estadual e Municipal.

7.4. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

7.5. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pelo contratado, diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

7.6. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a PGE.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

8.1.2. Entregar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste Termo de Referência;

8.1.3. Não transferir a outrem, no todo em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Procuradoria Geral do Estado;

8.1.4. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PGE;

8.1.5. Realizar o serviço conforme as especificações técnicas, pelo preço selecionado e no prazo acordado;

8.1.6. Executar o objeto deste Contrato em conformidade com o Termo de Referência, o qual fornece todas as orientações do CONTRATANTE;

8.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe for solicitado pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente todas as reclamações, no prazo fixado pela CONTRATANTE;

8.1.8. Relacionar-se com a CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

8.1.9. Indicar, formalmente no ato da assinatura do contrato, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

8.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da contratante

9.1.1. Observar, para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada.

9.1.2. Supervisionar a execução da prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo, através de servidor(es) designado(s) para tal, documentando as ocorrências havidas e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial nas suas alterações e repactuações, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

9.1.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.1.4. Proporcionar todas as medidas para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

9.1.5. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a prestação dos serviços.

9.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.1.7. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber a fatura correspondente, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

9.1.8. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências neste instrumento.

9.1.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário.

10. INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão nos termos do artigo 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do Contrato sem anuência prévia e expressa da Procuradoria Geral do Estado; Em caso de fusão, cisão, incorporação ou alteração do contrato social, a CONTRATADA deverá imediatamente informar ao CONTRATANTE e apresentar a documentação pertinente.

12. DA VIGENCIA CONTRATUAL

O Contrato terá prazo de vigência da data de sua assinatura até o dia 31/12/2020.

13. DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em conformidade ao disposto no art. 20 do Decreto Estadual nº 24.629/2008.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, caso seja apresentado proposta com prazo inferior a 60 (sessenta) dias, será considerado o prazo previsto neste termo, ou seja, 60 (sessenta) dias. O licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeito às penalidades do artigo 20 do Decreto Estadual nº 24.629/2008.

15. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

Os licitantes, por meio do telefone nº (98) 3235-6767, poderão dirimir quaisquer dúvidas, prestar os esclarecimentos necessários quanto ao serviço a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

**ANEXO II
MODELO DE CARTA CREDENCIAL**

A
Comissão Setorial de Licitação – CSL/PGE

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2020 - CSL/PGE

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____ credenciamos o Sr. _____-, portador da CI n° _____ e do CPF n.º _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Ref.: PREGÃO N° 01/2020 – CSL/PGE

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ _____, sediada na _____(endereço completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da lei, nos termos do artigo 32, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO N° 01/2020 – CSL/PGE, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.
Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e que se submete a todos os seus termos.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

São Luís (MA), ----- de ----- de 2020.

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

(Nome, assinatura e o n.º da
identidade do declarante)

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**

Ref.: PREGÃO Nº 01/2020 – CSL/PGE

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

.....
data

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE**



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

Ref.: PREGÃO Nº 01/2020 – CSL/PGE

_____ inscrita no CNPJ Nº _____.____./0001-__, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____.____.-__ DECLARA, para fins do disposto no subitem 4.5 do Edital, do Pregão Presencial Nº 01/2020 - PGE, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

São Luís(MA), __ de _____ de 2020

(representante legal)

OBS.:

1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar Nº 123/2006.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO N.º 1750/2020 /PGE - PREGÃO N.º 01/2020/PGE

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
NO FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS
DIGITAIS DO TIPO A3 COM DISPOSITIVO DE
ARMAZENAMENTO TOKEN E RENOVAÇÃO DE
CERTIFICADOS DIGITAIS DO TIPO A3, EM
PADRÃO ESTABELECIDO PELO ICP-BRASIL.**

O **ESTADO DO MARANHÃO**, através de sua **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, ente da Administração Pública Direta Estadual com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 04.399337/0001-74 e com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, lote 25, Quadra 22, Quintas do Calhau, São Luís/MA, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Procurador Geral do Estado, o Sr. **RODRIGO MAIA ROCHA**, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão sob o nº 6469 e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 838.231.403-10, e a **Empresa** _____, inscrita no CNPJ sob o N.º ____/0001-__, sediada na Rua _____, neste ato, representada por seu Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, portador do CPF nº ____-__ e RG nº _____, doravante denominado de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1750/2020 - PGE, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº __/2020 - PGE, seus Anexos e da Proposta de Preços que a este integram, independentemente de transcrição e pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a aquisição de 44(quarenta e quatro) Certificados Digitais do Tipo A3 com token criptográfico e a renovação de 88 (oitenta e oito) Certificados Digitais do Tipo A3, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital do Pregão Presencial nº 01/2020 e seus anexos, e proposta da **CONTRATADA**, partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão nº 01/2020 – PGE, aplicando-se ao instrumento e aos casos omissos a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e o Decreto Estadual nº 24.629 de 03 de outubro de 2008.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS

Integram o presente contrato, vinculando as partes independentemente de transcrição, o Edital do Pregão n.º 01/2020 – CSL/PGE, o Termo de Referência e demais anexos e a proposta de preços da **CONTRATADA**, constantes do Processo Administrativo n.º 1750/2020- PGE.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

A **CONTRANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor de R\$ XXX, valor constante de sua proposta.



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 110103 - Procuradoria Geral do Estado

Unidade Orçamentária: 110103 - Procuradoria Geral do Estado

Função: 03 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Projeto/Atividade: 211 – Representação e Defesa do Estado

Natureza da Despesa: 339000 - Manutenção

Fonte de Recursos: 0101 - Recursos do Tesouro do Estado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário na conta corrente indicada pelo licitante vencedor, em moeda corrente nacional, até o 30º (trigésimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor(a)/setor responsável desta da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão e de acordo com a programação financeira da Instituição.

- I) O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao recebimento provisório e definitivo dos serviços e/ou fornecimento pelo Fiscal do Contrato, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/1993.
- II) Fica, ainda, o pagamento, vinculado a prévia conferência e aprovação pela Procuradoria Geral do Estado, de modo que à autoridade competente do órgão reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto contratado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, o Certificado de Regularidade do FGTS, certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS e a certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública federal, estadual e municipal, pois os pagamentos só serão realizados quando devidamente comprovadas tais exigências.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título.

PARÁGRAFO QUARTO: Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a exemplo da prevista no item anterior, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a PGE

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA deve estar devidamente cadastrada no SIAGEM.

PARÁGRAFO SEXTO: O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA, no Banco XXXX, Agência XXXXX, Conta Corrente XXXXXX.



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados, conforme o disposto no art. 2º, § 1º da Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONSULTA AO CEI

As realizações dos pagamentos e dos eventuais aditamentos a este contrato feitos em favor da CONTRATADA ficam condicionadas à consulta prévia pela CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, a CONTRATANTE não realizará os atos previstos nesta cláusula, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial e atualizado do Contrato, de acordo com o constante no art.65, II, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Executar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cabe à CONTRATADA, providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, equipamento, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do serviço contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não transferir a outrem, no todo em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Procuradoria Geral do Estado;

PARÁGRAFO QUARTO: Realizar o objeto conforme as especificações técnicas, pelo preço selecionado e no prazo acordado;

PARÁGRAFO QUINTO: Executar o objeto deste Contrato em conformidade com o Termo de Referência e considerando as eventuais orientações feitas pelo servidor devidamente designado pela CONTRATANTE para funcionar como fiscal do contrato;

PARÁGRAFO SEXTO: Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo no prazo fixado pela CONTRATADA todas as reclamações;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Relacionar-se com a CONTRATANTE, preferencialmente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

PARÁGRAFO OITAVO: Indicar, formalmente na assinatura do contrato, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

PARÁGRAFO NONO: Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE

PARÁGRAFO DEZ: Disponibilizar números de telefone, fax e e-mail para que o CONTRATANTE possa fazer as solicitações das manutenções, caso necessário;

PARÁGRAFO ONZE: Responder por quaisquer danos pessoais e/ou ao patrimônio, causados diretamente ou indiretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020
Fls.: _____
Rub.: _____

dolo, na execução dos serviços relacionados no presente Contrato, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade, mesmo que haja a fiscalização ou o acompanhamento por este Órgão;

PARÁGRAFO DOZE: Apresentar no prazo fixado pela CONTRATANTE sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

PARÁGRAFO TREZE: Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução contratual;

PARÁGRAFO QUATORZE: Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

PARÁGRAFO QUINZE: Observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene emanadas pelos Órgãos competentes.

PARÁGRAFO DEZESSEIS: Atentar-se para as normas adequadas relativas a acondicionamento, embalagens, volumes e outras, quando do transporte dos produtos.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO Emitir a Nota de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução do objeto;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Permitir, durante a vigência do contrato, após prévia notificação e autorização expressa, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local da execução do objeto, desde que devidamente identificados, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;

PARÁGRAFO QUARTO: Acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização da prestação do serviço observando o aspecto quantitativo, os padrões de qualidade e segurança exigidas, através de servidor público regularmente designado para tal;

PARÁGRAFO QUINTO: Aprovar as etapas da execução dos serviços, desde o planejamento até a sua efetiva concretização;

PARÁGRAFO SEXTO: Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO: Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste ajuste, observados as limitações impostas pelo regime jurídico administrativo, atentando, em especial, para as normas da licitação e o respectivo contrato;

PARÁGRAFO NONO: Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos no contrato;

PARÁGRAFO DEZ: Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

PARÁGRAFO ONZE: Receber, conferir e atestar a nota fiscal apresentada pela CONTRATADA quando apresentadas na forma da lei e prestado o serviço na forma do Termo de Referência;



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Proc.:1750-2020
Fls.: _____
Rub.: _____

PARÁGRAFO DOZE: Disponibilizar informações sobre os fatos pertinentes ao objeto a ser executado;

PARÁGRAFO TREZE: Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA;

PARÁGRAFO QUATORZE: Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor público especialmente indicado para essa finalidade, a execução do objeto de acordo com o contrato, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/9, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades na execução dos serviços para adoção das providências cabíveis;

PARÁGRAFO QUINZE: O servidor público especialmente indicado para acompanhamento da execução do contrato deverá registrar todas as eventuais ocorrências violadoras do ajuste firmado entre as partes.

PARÁGRAFO DEZESSEIS: Exigir o efetivo cumprimento das disposições deste instrumento, bem como aplicar as penalidades por descumprimento contratual.

PARÁGRAFO DEZESSETE: Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DEZOITO: Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que dificulte a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente e incompatível com o exercício das funções que lhes foram atribuídas;

CLÁUSULA ONZE – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no mesmo dia da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A equipe da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços deverão ser executados de acordo com as instruções contidas no Termo de Referência e com as recomendações específicas que venham a ser feitas pela PGE, no decorrer do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Procuradoria Geral do Estado poderá efetuar quaisquer diligências que julgar necessárias a fim de verificar se o contrato foi cumprido conforme avençado.

PARÁGRAFO QUARTO: Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo a CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

CLÁUSULA DOZE – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão nos termos do artigo 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93 serão efetuados por fiscal posteriormente designado.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quanto aquela disposta no art. 20 do Decreto Estadual nº 24.629/2008:

I) Advertência;

II) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;



Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

III) Suspensão temporária de participação em licitação, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A multa acima mencionada será descontada dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se à comunicação escrita à empresa e publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA QUINZE – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato, associar-se com outrem, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato. Bem como submeter-se a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência prévia e expressa da Procuradoria Geral do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de fusão, cisão, incorporação ou alteração do contrato social, a CONTRATADA deverá imediatamente informar à CONTRATANTE e apresentar a documentação pertinente.

CLÁUSULA DEZESSETE – GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE comprovante de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, quando da sua assinatura, renovável a cada período de prorrogação, se houver.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia será prestada em qualquer das seguintes modalidades:

- a) Em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública.
- b) Seguro Garantia.
- c) Fiança Bancária.

PARAGRAFO SEGUNDO: Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, o seu valor será depositado em conta bancária da CONTRATANTE, a fim de manter a atualização monetária.

PARAGRAFO TERCEIRO: Se a opção da garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de



**ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

Proc.:1750-2020

Fls.: _____

Rub.: _____

liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARAGRAFO QUARTO: No caso de seguro garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, em nome da CONTRATANTE, cobrindo o risco de quebra do Contrato.

PARAGRAFO QUINTO: No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por um Banco localizado no país, a critério do licitante e será feita mediante entrega da competente carta de fiança à CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEXTO: A CONTRATANTE poderá descontar do valor da Garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela CONTRATADA, inclusive multas.

PARAGRAFO SÉTIMO: Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

PARAGRAFO OITAVO: A garantia será restituída em 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DEZOITO - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DEZENOVE- DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE fará publicar o resumo do presente contrato no Diário Oficial do Estado, correndo as despesas por conta da Contratante, no prazo de até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE- DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual na Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Luís (MA), XX de XXXX de 2020.

RODRIGO MAIA ROCHA
Procurador Geral do Estado

Contratante

CONTRATADA

TESTEMUNHA 1
CPF nº

TESTEMUNHA 2
CPF nº